

Normas e Práticas de Prestação de Contas no Setor Público



14 Horas

285 €

incurso
capital humano



Apresentação

A prestação de contas no setor público constitui um dos pilares fundamentais da transparência, da boa governação e da responsabilidade na gestão dos recursos públicos. O cumprimento das normas contabilísticas e dos procedimentos regulamentares é essencial para garantir que a informação financeira apresentada seja fiável, clara e útil para a tomada de decisão.

O curso Normas e Práticas de Prestação de Contas no Setor Público foi concebido para capacitar profissionais que, mesmo não sendo da área financeira, necessitam de compreender os mecanismos, os instrumentos e as boas práticas que orientam a prestação de contas, bem como os procedimentos aplicáveis ao SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública) e às normas legais em vigor.

Esta formação proporciona aos participantes uma visão integrada do processo de registo, controlo e reporte financeiro, permitindo interpretar corretamente os documentos de prestação de contas, identificar responsabilidades e participar de forma ativa e informada na gestão pública.

Destinatários

O curso destina-se a:

- Técnicos e dirigentes da Administração Pública que participem em processos de gestão financeira, controlo interno ou auditoria;
- Profissionais de diferentes áreas funcionais (planeamento, recursos humanos, logística, gestão de projetos) que necessitem de interpretar e analisar informação financeira;
- Colaboradores que pretendam adquirir ou consolidar competências em normas e práticas de prestação de contas públicas.

Objetivos Gerais

Dotar os formandos de competências técnicas e operacionais para interpretar, aplicar e avaliar as normas e práticas de prestação de contas no setor público, garantindo fiabilidade, transparência e cumprimento das obrigações legais e regulamentares.

Objetivos Específicos

No final da formação os formandos deverão ser capazes de:

- Compreender o enquadramento legal e normativo da prestação de contas no setor público;
- Identificar e aplicar os principais procedimentos e documentos relacionados com a prestação de contas;
- Interpretar demonstrações financeiras e orçamentais, distinguindo os seus objetivos e limites;
- Reconhecer responsabilidades e instrumentos de controlo associados à gestão de recursos públicos;
- Aplicar boas práticas na organização, análise e reporte da informação financeira;
- Integrar conhecimentos de contabilidade, auditoria e gestão para apoiar decisões e assegurar conformidade.

Programa

Normas e Práticas de Prestação de Contas no Setor Público (14H)

1. Enquadramento da prestação de contas no setor público

Normas e Práticas de Prestação de Contas no Setor Público

1/2

INCURSO, Capital Humano
NIF: 505 132 320
geral@incurso.pt

Avenida Conde de Margaride, 259 A | 4810-535 Guimarães | Portugal

Avenida da República, 45 | 1º Andar | Escritório 2 | 1050-187 Lisboa | Portugal

Inscrições
comercial@incurso.pt
+351 253 780 190
incurso.pt

- 1.1. Importância e objetivos
- 1.2. Referenciais normativos aplicáveis
2. Normas contabilísticas aplicáveis (SNC-AP)
 - 2.1. Conceitos-chave e classificações
 - 2.2. Diferenças entre contabilidade financeira, de gestão e orçamental
3. Documentos de prestação de contas
 - 3.1. Demonstrações financeiras e orçamentais
 - 3.2. Relatórios de gestão e pareceres de auditoria
4. Procedimentos e boas práticas de reporte
 - 4.1. Registos contabilísticos e conciliação de fluxos
 - 4.2. Organização e arquivo de documentação
5. Controlo interno e responsabilidades
 - 5.1. Identificação de responsabilidades
 - 5.2. Monitorização e mitigação de riscos
6. Análise e interpretação da informação financeira
 - 6.1. Indicadores de desempenho e fiabilidade
 - 6.2. Identificação de inconsistências e pontos de atenção

Certificação

O Certificado Profissional da INCURSO é emitido no fim da formação através do Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO), na área criada especificamente para o registo das ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações, ao abrigo do n.º 6 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro e Portaria n.º 474/2010, de 8 de Julho, ficando associado ao Passaporte Qualifica - Registo Individual de Competências do formando.

- No final do curso os formandos que obtiverem aproveitamento têm direito a um Certificado de Formação Profissional conforme legislação em vigor.
- Os formandos sem aproveitamento recebem uma Declaração de Frequência de Formação Profissional, na qual onde constará carga horária e módulos da formação.